

PROCURADOR JURÍDICO **LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

- É responsabilidade exclusiva do candidato a conferência de seus dados pessoais, impressos no Cartão de Respostas e no Caderno de Provas, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo pleiteado, assim como, a marcação e assinatura do seu Cartão de Respostas.
- Verifique se este caderno de prova contém **50** questões. Com cinco alternativas identificadas pelas letras **A, B, C, D e E** das quais apenas uma será a resposta correta.
- Preencha o Cartão de Respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, ocupando totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta. Conforme ilustração:
- **Atenção:** Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente. Tenha muito cuidado para não danificar o código de barras utilizado na leitura óptica do Cartão de Respostas, por isso não **DOBRE, AMASSE ou MANCHE** o mesmo. O Cartão de Respostas será o único documento válido para a correção das provas objetivas, salvo à disposição do IDCAP.
- Os fiscais **NÃO** são autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
- Ao concluir a prova, **entregue ao fiscal de sala o Cartão de Respostas da Prova Objetiva e discursiva**, a não devolução implicará à eliminação sumária do candidato.
- **Assine a Lista De Presença, Cartão Resposta e transcreva a frase de segurança presente no Cartão Resposta da prova objetiva, sob pena de eliminação.**

 **NÃO SERÁ PERMITIDO:**

- Folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal. Caso aconteça, implicará na eliminação do candidato.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- O uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, pen drive, fone de ouvido, relógio de qualquer espécie, recursos didáticos, aparelhos eletrônicos e bonés.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do Cartão de Respostas, devendo o candidato retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e bebedouros.

 **TEMPO DE PROVA:**

- A prova objetiva e discursiva terá duração máxima de **4h e 30 min (quatro horas e trinta minutos)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova **após 1 (uma) hora de seu início**.
- O candidato poderá **levar o caderno de provas 1 (uma) hora antes de seu término**. Antes desse horário, será permitido ao candidato levar apenas o **RECORTE DO RODAPÉ DA CAPA DA PROVA** (parte que contém espaço para preenchimento do gabarito).
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após a assinatura da ata de sala.

1	6	11	16	21	26	31	36	41	46
2	7	12	17	22	27	32	37	42	47
3	8	13	18	23	28	33	38	43	48
4	9	14	19	24	29	34	39	44	49
5	10	15	20	25	30	35	40	45	50

RASCUNHO

Direito Administrativo

Questão 01

(Correta: D)

Utilize a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) para análise da questão e identifique as assertivas corretas:

I.O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

II.Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

III.O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

Questão 02

(Correta: D)

Em relação aos Serviços delegados, especialmente em relação concessão e permissão da prestação de serviços públicos, conforme Lei n.º 8.987/1995, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A tarifa será subordinada à legislação específica anterior e somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança não poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- (B) Somente a concessão de serviço público não precedida da execução de obra pública será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.
- (C) Se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.
- (D) As concessões e permissões sujeitar-se-ão à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com a cooperação dos usuários.

- (E) A concessionária deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos dez anos.

Questão 03

(Correta: C)

Conforme a Lei n.º 8.666/93, que Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.
- (B) O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- (C) As normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às empresas de médio e grande porte.
- (D) A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
- (E) Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Questão 04

(Correta: A)

De acordo com o Estatuto da cidade (Lei n.º 10.257/2001), analise as assertivas e identifique as corretas:

I.Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

II.Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

III.Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até cinco anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais

de seis por cento ao ano.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 05

(Correta: C)

De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O edital de licitação não poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.
- (B) As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma presencial, admitida a utilização da forma eletrônica, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- (C) É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- (D) Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, podendo ser superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, admitida a aquisição de artigos de luxo.
- (E) Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa não poderão participar de licitação.

Questão 06

(Correta: D)

Considere as afirmativas relacionadas ao Pregão (Lei n.º 10.520/2002). Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares

() A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

() A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo comissionado, preferencialmente que não sejam pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V, V, V.
- (B) F, V, F.

(C) V, F, F.

(D) V, V, F.

(E) V, F, V.

Questão 07

(Correta: C)

Em relação aos Contratos Administrativos, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Será vedada a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, atendidas as exigências previstas em regulamento.
- (B) Os contratos de que trata esta Lei regular-se-ão pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo vedada a aplicação das disposições de direito privado.
- (C) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- (D) Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, sendo sigiloso e proibida a divulgação e manutenção em sítio eletrônico oficial.
- (E) Será obrigatório à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Questão 08

(Correta: E)

Conforme o Regime Jurídico Único (Lei n.º 8.112/1990), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, com prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa.
- (B) É de sessenta dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- (C) Se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- (D) A investidura em cargo público ocorrerá com a aprovação em concurso público.
- (E) O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Direito Contitucional

Questão 09

(Correta: E)

De acordo com a Constituição Federal, analise as assertivas e identifique as corretas:

I.Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

II.É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

III.Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 10

(Correta: E)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em relação aos direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É vedado o direito de greve.
- (B) É vedada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- (C) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é obrigatória a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- (D) A lei deverá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato.
- (E) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Questão 11

(Correta: D)

De acordo com a Lei n.º 4.717/1965 (Ação Popular), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A sentença não poderá incluir, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.
- (B) Das decisões interlocutórias cabe apelação.
- (C) A sentença que concluir pela carência ou pela procedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, sem efeito suspensivo.
- (D) A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.
- (E) Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão, mas não o Ministério Público.

Questão 12

(Correta: B)

Conforme a Constituição Federal de 1988, em relação aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- (B) A lei prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (C) O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.
- (D) Não haverá júízo ou tribunal de exceção.
- (E) É garantido o direito de herança.

Questão 13

(Correta: E)

Conforme a Constituição Federal de 1988, analise as assertivas e identifique as corretas:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I.Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II.Recusar fé aos documentos públicos;

III.Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 14

(Correta: D)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em relação a nacionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino e as armas nacionais, mas não o selo.
- (B) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão ter símbolos próprios.
- (C) Aos portugueses com residência permanente no País, mesmo se não houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição Federal.
- (D) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.
- (E) São brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Questão 15

(Correta: E)

Conforme a Constituição Federal de 1988, em relação aos direitos políticos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (B) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (C) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- (D) São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.
- (E) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Questão 16

(Correta: E)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, mesmo por ordem judicial.
- (B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, dependentemente de censura ou licença.
- (C) É assegurado o direito de resposta, acima da proporção do agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
- (D) É livre a manifestação do pensamento, sendo obrigatório o anonimato.
- (E) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Direito Processual Civil

Questão 17

(Correta: E)

Conforme a Lei n.º 7.347/1985 (Ação Civil Pública), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- (B) Se, no exercício de suas funções, os juízes e tribunais tiverem conhecimento de fatos que possam ensejar a propositura da ação civil, remeterão peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- (C) Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.
- (D) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- (E) Não admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.

Questão 18

(Correta: E)

De acordo com a Lei n.º 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, somente todas em conjunto poderão requerer o mandado de segurança.
- (B) Em caso de urgência, é vedado impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- (C) Considerar-se-á municipal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.
- (D) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 06 (seis) meses, quando notificado judicialmente.
- (E) Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

Questão 19

(Correta: E)

Conforme a Lei n.º 7.347/1985 (Ação Civil Pública), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A ação civil poderá ter por objeto somente a condenação em dinheiro.
- (B) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará facultativamente como fiscal da lei.
- (C) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade passiva.
- (D) A propositura da ação não prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- (E) As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

Questão 20

(Correta: E)

Conforme o Código de Processo Civil, em relação aos procedimentos especiais, em especial a ação de consignação em pagamento, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Julgado procedente o pedido, o juiz declarará extinta a obrigação, mas não condenará o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

- (B) Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, mesmo se a demanda for julgada improcedente.
- (C) Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento bancário, poderá ser proposta, dentro de 6 (seis) mês, a ação de consignação, instruindo-se a inicial com a prova do depósito e da recusa.
- (D) Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 30 (trinta) dias para a manifestação de recusa.
- (E) Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.

Questão 21

(Correta: A)

Conforme o Código de Processo Civil, em relação ao processo de execução, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem de entrega de documentos e dados.
- (B) A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados do processo principal.
- (C) O exequente não ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução.
- (D) O exequente tem o direito de desistir somente de toda a execução, e não de apenas alguma medida executiva.
- (E) O exequente não pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.

Questão 22

(Correta: D)

Conforme o Código de Processo Civil, em relação ao processo de execução, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Sempre que, para efetivar a execução, for necessário o emprego de força policial, o juiz a requisitará.
- (B) Não dispendo a lei de modo diverso, o juiz determinará os atos executivos, e o oficial de justiça os cumprirá.
- (C) A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

- (D) O oficial de justiça não poderá cumprir os atos executivos determinados pelo juiz nas comarcas contíguas.
- (E) A inscrição será cancelada imediatamente se for efetuado o pagamento, se for garantida a execução ou se a execução for extinta por qualquer outro motivo.

Questão 23

(Correta: E)

De acordo com a Lei n.º 12.016/2009, que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Se a autoridade que tiver procedido dessa maneira for a própria coatora, a ordem far-se-á no próprio instrumento da notificação.
- (B) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.
- (C) A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.
- (D) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- (E) Deferida a medida liminar, o processo não terá prioridade para julgamento.

Questão 24

(Correta: C)

De acordo com o Código Processo Civil, em relação ao processo de conhecimento, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É vedada a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.
- (B) Mesmo se o autor não cumprir a diligência, o juiz deferirá a petição inicial.
- (C) O pedido deve ser certo.
- (D) É ilícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- (E) É obrigatório formular mais de um pedido, alternativamente, para que o juiz acolha um deles.

Direito Civil

Questão 25

(Correta: C)

Conforme o Código Civil, em relação a Compra e Venda, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A compra e venda somente pode ter por objeto coisa atual.
- (B) É ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
- (C) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.
- (D) Se a venda se realizar à vista de amostras, protótipos ou modelos, entender-se-á que o vendedor desassegura ter a coisa as qualidades que a elas correspondem.
- (E) Em regra, ficarão as despesas de escritura e registro a cargo do vendedor, e a cargo do comprador as da tradição.

Questão 26

(Correta: E)

De acordo com o Código Civil, em relação aos Atos Ilícitos, analise as assertivas e identifique as corretas:

I. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

II. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

III. Constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 27

(Correta: C)

Considere as afirmativas relacionadas ao Código Civil, em relação aos Direitos da Personalidade. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(___) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

(___) É inválida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

(___) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) V, V, V.
- (B) F, V, F.
- (C) V, F, V.
- (D) V, F, F.
- (E) F, F, V.

Questão 28

(Correta: C)

De acordo com o Código Civil, em relação ao Penhor, da Hipoteca e da Anticrese, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem, enquanto a dívida não for paga; extingue-se esse direito decorridos dez anos da data de sua constituição.
- (B) Somente o credor hipotecário têm o direito de executar a coisa hipotecada ou empenhada, e preferir, no pagamento, a outros credores, observada, quanto à hipoteca, a prioridade no registro.
- (C) Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese; só os bens que se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca.
- (D) Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia não fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação.
- (E) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens.

Questão 29

(Correta: B)

De acordo com o Código Civil, em relação a Prestação de Serviço, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A prestação de serviço poderá convencionar por mais de quatro anos, embora o contrato tenha por causa o pagamento de dívida de quem o presta, ou se destine à execução de certa e determinada obra. Neste caso, decorridos quatro anos, dar-se-á por contínuo o contrato, ainda que não concluída a obra.

- (B) Não se tendo estipulado, nem chegado a acordo as partes, fixar-se-á por arbitramento a retribuição, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.
- (C) Nem toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial, pode ser contratada mediante retribuição.
- (D) A retribuição sempre pagar-se-á de maneira antecipada.
- (E) No contrato de prestação de serviço, quando qualquer das partes não souber ler, nem escrever, o instrumento não poderá ser assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, devendo ser feito um contrato especial em cartório.

Questão 30

(Correta: B)

De acordo com o Código Civil, em relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- (B) Em regra, a validade da declaração de vontade dependerá de forma especial.
- (C) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País.
- (D) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (E) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

Questão 31

(Correta: A)

De acordo com o Código Civil, em relação aos Contratos, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
- (B) É ilícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código.
- (C) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- (D) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção máxima e a habitualidade da revisão contratual.
- (E) Os contratantes são desobrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

Questão 32

(Correta: C)

De acordo com o Código Civil, analise as assertivas e identifique as corretas.

São pessoas jurídicas de direito privado:

I.As associações

II.As fundações

III.Os partidos políticos

IV.As autarquias.

É correto o que se afirma em:

(A) I, II, III e IV.

(B) III e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I e II, apenas.

Direito Tributário

Questão 33

(Correta: B)

Considere as afirmativas relacionadas ao Código Tributário Nacional. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

() Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

() O não-exercício da competência tributária defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

(A) F, F, V.

(B) V, V, F.

(C) V, F, F.

(D) F, V, F.

(E) V, V, V.

Questão 34

(Correta: C)

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, aquelas que, segundo a Constituição Federal, as Constituições dos Estados, as Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios e a legislação com elas compatível, competem a cada uma dessas pessoas de direito público.

(B) Na iminência ou no caso de guerra externa, a União pode instituir, temporariamente, impostos extraordinários compreendidos ou não entre os referidos nesta Lei, suprimidos, gradativamente, no prazo máximo de cinco anos, contados da celebração da paz.

(C) As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

(D) Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

(E) Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Questão 35

(Correta: B)

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O imposto, de competência da União, sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados tem como fato gerador a entrada destes do território nacional.

(B) A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

(C) Recebedor do imposto é qualquer das partes na operação tributada, como dispuser a lei.

(D) O imposto, de competência dos Estados, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

- (E) O Poder Executivo não pode alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política monetária.

Questão 36

(Correta: C)

De acordo com o Código Tributário Nacional, analise as assertivas e identifique as corretas:

I.É admitido à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.

II.É facultativo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

III.É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 37

(Correta: B)

De acordo com o Código Tributário Nacional, em relação a Capacidade tributária, analise as assertivas e identifique as corretas:

A capacidade tributária passiva independe:

I.Da capacidade civil das pessoas jurídicas.

II.De achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.

III.De estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

É correto o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Penal

Questão 38

(Correta: C)

De acordo com o Código Penal, em relação aos crimes contra a Administração Pública, o crime de violação de sigilo funcional, que constitui revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação, tem a pena de:

- (A) Detenção, de um a três meses, ou multa.
- (B) Reclusão, de dois a doze anos, e multa.
- (C) Detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- (D) Detenção, de três meses a um ano, e multa, se o fato não constitui crime mais grave.
- (E) Reclusão, de dois a seis anos, e multa

Questão 39

(Correta: B)

De acordo com o Código Penal, em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que consta o crime de peculato.

- (A) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- (B) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- (C) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- (D) Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente.
- (E) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

Questão 40

(Correta: E)

De acordo com o Código Penal, em relação aos crimes contra a Administração Pública, o crime de solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, é considerado como:

- (A) Condescendência criminosa.
- (B) Corrupção ativa.
- (C) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- (D) Prevaricação.
- (E) Corrupção passiva.

Questão 41

(Correta: B)

De acordo com o Código Penal, em relação aos crimes contra a Administração Pública, constitui o crime de excesso de exação com a seguinte conduta:

- (A) Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- (B) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- (C) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (D) Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.
- (E) Permitir ou facilitar, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.

Questão 42

(Correta: E)

Utilizando-se do Código Penal para análise da questão, em relação aos crimes contra a Administração Pública, mais especificadamente sobre funcionário público, analise as assertivas e identifique as corretas:

I.Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

II.Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

III.A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos no Capítulo dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

Legislação Municipal

Questão 43

(Correta: A)

Conforme a Lei Orgânica do Município de Ibitirama/ES, é da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em lei complementar federal:

- (A) Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- (B) Planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente nas fluviais.
- (C) Instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Legislação Federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente.
- (D) Adquirir bens imóveis segundo disposição ditada pela Câmara Municipal, salvo nos casos de aquisição por doação sem encargos.
- (E) Conceder licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante, disciplinados em lei específica para este tipo de atividade.

Questão 44

(Correta: B)

De acordo com o Código Tributário do Município de Ibitirama/ES (Lei nº 039/1990 e suas alterações posteriores), mais especificadamente a Lei nº 028/2020, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A legislação tributária do Município de Ibitirama vigora além de seus limites territoriais.
- (B) A imunidade tributária será reconhecida, cancelada ou terá a sua aplicação suspensa por ato da Administração Tributária, a pedido ou de ofício, com base em parecer emitido pela fiscalização tributária.
- (C) Constitui delegação de competência a atribuição de responsabilidade tributária a terceiros com a função de reter tributos na fonte e de recolhê-los aos cofres do Município.
- (D) A expressão "legislação tributária" compreende somente as leis e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre os tributos deste Município e relações jurídicas a eles pertinentes.
- (E) Os tratados e as convenções internacionais não revogam ou modificam a legislação tributária interna, e não serão observados pela que lhes sobrevenha.

Questão 45

(Correta: E)

Conforme o Código de Posturas do Município de Ibitirama/ES (Lei nº 049/1990 e suas alterações posteriores), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Nos casos em que se constate perigo ou prejuízo iminente para a comunidade, será lavado auto de infração, dependentemente de notificação preliminar.
- (B) São autoridades para lavrar e confirmar o auto de infração os fiscais ou outros funcionários da Prefeitura Municipal, mesmo que não tenha sido delegada essa atribuição. (Art. 19 §1º)
- (C) Os incapazes são diretamente passíveis da aplicação das penalidades definidas em razão de infrações as normas prescritas neste Código. (Art. 13)
- (D) Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração, mas não os responsáveis pela execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator. (Art. 5º)
- (E) Toda pessoa física ou jurídica, submetida as normas instituídas neste Código, deve em qualquer circunstância, facilitar e/ou colaborar com a fiscalização municipal no exercício de suas funções legais. (Art. 3º)

Questão 46

(Correta: A)

De acordo com o Código Tributário do Município de Ibitirama/ES (Lei nº 039/1990 e suas alterações posteriores), mais especificamente a Lei nº 028/2020, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A obrigação tributária principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
- (B) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, nem o da equidade, na dispensa do pagamento de tributo devido.
- (C) A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador de tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.
- (D) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- (E) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Questão 47

(Correta: B)

Considere as afirmativas relacionadas ao artigo 6º da Lei Complementar nº 001/2014. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas.

Ao Departamento Jurídico compete:

(___)Possibilitar o cumprimento das funções legislativa e fiscalizadora, constitucionalmente atribuídas à Câmara Municipal.

(___)Elaborar projetos de Emendas à Lei Orgânica do Município, de Lei, de Decreto Legislativo e de Resolução.

(___)Promover as atividades de gravação, redação e revisão dos debates e pronunciamentos em Plenário.

Assinale a alternativa com a sequência correta:

- (A) F, V, F.
- (B) V, V, F.
- (C) F, F, V.
- (D) V, V, V.
- (E) V, F, F.

Questão 48

(Correta: E)

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Ibitirama/ES, analise as assertivas e identifique as corretas:

São requisitos para a criação de distrito:

I.População, eleitorado e arrecadação não inferior à sexta parte exigida para a criação de município;

II.Existência, na povoação-sede, de pelo menos, cinquenta moradias, escola pública, posto de saúde e posto policial;

III.Aprovação prévia pela Prefeitura Municipal.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I e II, apenas.

Questão 49

(Correta: B)

Conforme o Estatuto dos Servidores do Município de Ibitirama/ES (Lei nº 025/1990 e suas alterações posteriores), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do decreto no órgão oficial.
- (B) Reintegração é o reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando insubsistente os motivos da aposentadoria.
- (C) Ao chefe, ao qual se subordina o servidor compete dar-lhe exercício.
- (D) Aposentadoria significa o afastamento remunerado do servidor dos quadros do serviço público ativo, em razão da idade, da condição física ou tempo em que prestou serviço.
- (E) A verificação da necessidade de readaptação será feita em inspeção médica oficial.

Questão 50

(Correta: C)

Conforme o Estatuto dos Servidores do Município de Ibitirama/ES (Lei nº 025/1990 e suas alterações posteriores), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Não poderá haver posse mediante procuração.
- (B) A função de confiança constitui situação permanente e de vantagem transitória pelo efetivo exercício da função.
- (C) Os cargos de provimento em comissão se destinam a atender a encargos de direção, chefia ou assessoramento.
- (D) É facultada a atribuição ao servidor público, de encargos ou serviços diferentes das tarefas próprias de seu cargo, definidas em lei própria.
- (E) Haverá posse nos casos de promoção, transferência, readaptação, reintegração, e designação para função de confiança.

DISCURSIVA

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Conforme estabelecido em Edital, a Prova Discursiva será composta por 1 (uma) Peça Profissional, e destinar-se-á a avaliar o domínio do conteúdo dos temas abordados, baseada em tópicos do conteúdo de Conhecimentos Específicos, com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 40 (quarenta) linhas.

Conforme previsto no edital de abertura, será atribuída nota ZERO à questão que:

- a) não observar as orientações presentes no caderno de questões;
- b) tiver a quantidade de linhas inferior ao mínimo solicitado;
- c) contiver assinatura, rubrica e/ou qualquer palavra e/ou marca que identifique o candidato;
- d) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos);
- e) estiver em branco.
- f) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- g) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- h) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- i) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível;
- j) apresentar texto escrito com expressões injuriantes, discriminatórias e/ou abusivas.

Observe, ainda:

1. Serão considerados critérios de avaliação para a prova discursiva: o domínio do conhecimento técnico/jurídico aplicado ao conteúdo dos temas abordados e o domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.
2. A folha de resposta da Prova Discursiva **NÃO** poderá ser assinada, rubricada e/ou conter qualquer palavra, marca e/ou símbolo que identifique o candidato, em qualquer parte da folha, em outro local que não seja o indicado, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca ou símbolo identificadora dentro ou fora do espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará nota ZERO na Prova Discursiva.
3. O preenchimento da folha de resposta será o único documento válido para a correção da prova, e será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de prova. Em hipótese alguma haverá substituição do caderno de prova por erro do candidato. **A folha para rascunho é de preenchimento facultativo e não será avaliada.**
4. Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar a folha de resposta ao fiscal de sala, juntamente com o cartão de resposta da prova objetiva.
5. A não devolução pelo candidato da folha de resposta ao fiscal acarretará em eliminação sumária do candidato no concurso público.
6. Após realização das provas, a folha de resposta será destacada pelo fiscal e a parte contendo a identificação nominal será entregue ao candidato (filipeta).
7. O candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta.

PROPOSTA:

A empresa Mais Trem foi vencedora da licitação para a concessão de serviço público, precedida de execução de obra pública, ou seja, primeiramente a empresa deveria construir a linha férrea, unindo quatro municípios do Espírito Santo, para, posteriormente, explorar comercialmente a linha.

Durante a construção da linha férrea, precisou interditar uma das faixas de uma pista que cortava a linha férrea, deixando apenas uma faixa livre para o trânsito dos veículos. Apesar das placas sinalizando a interdição e dos letreiros luminosos instalados, um motorista, dirigindo em velocidade superior à permitida, distraiu-se em uma curva e colidiu com algumas máquinas instaladas na faixa interditada, causando danos ao seu veículo.

Indignado, foi até a empresa exigir uma indenização, sendo orientado pelo funcionário a buscar seus direitos juntos ao Estado do Espírito Santo, pois somente ele poderia ser responsabilizado.

Por conta disso, o motorista ajuizou ação exigindo do Estado ressarcimento dos danos materiais com seu veículo, além de lucro cessante por ter ficado com o veículo parado sem poder trabalhar, já que é motorista de aplicativo.

Com base em seus conhecimentos, responda a ação ajuizada pelo motorista, em defesa do Estado, utilizando a peça profissional adequada.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	